

Alerta Legislação nº 11, de 14 a 19 mar. 2022

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.106, DE 17 DE MARÇO DE 2022

Altera a [Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003](#), para ampliar a margem de crédito consignado aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e para autorizar a realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e de programas federais de transferência de renda, e a [Lei nº 13.846, de 18 de julho de 2019](#), para dispor sobre a restituição de valores aos cofres públicos.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.105, DE 17 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a possibilidade de movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

LEI Nº 14.214, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021

Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a [Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006](#), para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. [Mensagem de veto](#)

DECRETO Nº 10.999, DE 17 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2022.

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 66.575, DE 17 DE MARÇO DE 2022

Altera o Decreto nº 65.897, de 30 de julho de 2021
(...)

Artigo 1º - O inciso I do artigo 2º do [Decreto nº 65.897, de 30 de julho de 2021](#)(*), com a redação dada pelo [Decreto nº 66.554, de 9 de março de 2022](#)(**), passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - o uso de máscaras de proteção facial em:

- a) locais destinados à prestação de serviços de saúde;
- b) meios de transporte coletivo de passageiros e respectivos locais de acesso, embarque e desembarque.”. (NR)

Artigo 2º - A Secretaria da Saúde, mediante ato próprio, editará normas complementares necessárias à execução deste decreto.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando

revogadas as disposições em contrário, em especial o [Decreto nº 66.554, de 9 de março de 2022](#).

(*) Dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e dá providências complementares.

(**) Altera o Decreto nº 65.897, de 30 de julho de 2021.

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 61.149, DE 17 DE MARÇO DE 2022

Dispõe, nos termos do [Decreto Estadual nº 66.575, de 17 de março de 2022](#), sobre a dispensa da obrigatoriedade do uso de máscaras ou de cobertura facial na Cidade de São Paulo, ressalvadas as situações que especifica.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

18/03/2022

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.107, DE 17 DE MARÇO DE 2022

Institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores - SIM Digital e altera a [Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), a [Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005](#), a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), a [Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990](#), e a [Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018](#), para estabelecer medidas de estímulo ao empreendedorismo popular e à formalização dos pequenos negócios.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.106, DE 17 DE MARÇO DE 2022

Altera a [Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003](#), para ampliar a margem de crédito consignado aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e para autorizar a realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e de programas federais de transferência de renda, e a [Lei nº 13.846, de 18 de julho de 2019](#), para dispor sobre a restituição de valores aos cofres públicos.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.105, DE 17 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a possibilidade de movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

DECRETO Nº 11.002, DE 17 DE MARÇO DE 2022

Regulamenta a [Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019](#), e a [Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001](#), para dispor sobre a remuneração dos militares na ativa, os proventos na inatividade e as pensões militares.

DECRETO Nº 11.000, DE 17 DE MARÇO DE 2022

Altera o [Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007](#), que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.

DECRETO Nº 10.999, DE 17 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados

	e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2022.
16/03/2022	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.104, DE 15 DE MARÇO DE 2022</u> Altera a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e a Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, para dispor sobre o Fundo Garantidor Solidário. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.103, DE 15 DE MARÇO DE 2022</u> Dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro por meio de Sociedade Seguradora de Propósito Específico, as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis, e a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários. <u>DECRETO Nº 10.997, DE 15 DE MARÇO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
15/03/2022	<u>DECRETO Nº 10.996, DE 14 DE MARÇO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. <u>DECRETO Nº 10.992, DE 14 DE MARÇO DE 2022</u> Prorroga a vigência de convênios e contratos de repasse celebrados por órgãos e entidades da administração pública federal para transferências voluntárias de recursos da União para o Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, e suspende a contagem dos prazos previstos na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, dos extintos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda e da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, que menciona.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 12, DE 2022</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.080, de 16 de dezembro de 2021, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, e retificada no dia 20, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 17 de março de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11, DE 2022

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.079, de 14 de dezembro de 2021](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 15, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de *drawback*", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 17 de março de 2022

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 10, DE 2022

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.078, de 13 de dezembro de 2021](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 17 de março de 2022

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9, DE 2022

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 8, do mesmo mês e ano, que "Institui o Programa Internet Brasil", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 11 de março de 2022

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 8, DE 2022

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.076, de 7 de dezembro de 2021](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Institui o Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, de que trata a [Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021](#)", tem sua vigência

	prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 11 de março de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 7, DE 2022</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 7, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, para dispor sobre o Programa Universidade para Todos", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 11 de março de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 193, DE 17 DE MARÇO DE 2022</u> Institui o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp). <u>LEI Nº 14.148, DE 3 DE MAIO DE 2021</u> Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC); e altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991. <u>LEI Nº 14.214, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021</u> Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Mensagem de veto <u>LEI Nº 14.312, DE 14 DE MARÇO DE 2022</u> Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro); e altera as Leis nºs 8.677, de 13 de julho de 1993, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 11.124, de 16 de junho de 2005, e 11.977, de 7 de julho de 2009.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL

Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) → Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas (CG ICP-BRASIL) <u>RESOLUÇÃO CG ICP-BRASIL Nº 199, DE 15 DE MARÇO DE 2022</u> Aprova a versão revisada e consolidada do documento Manual de Uso da Marca ICP-Brasil.
Ministério da Cidadania	CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>RESOLUÇÃO CNAS/MC Nº 62, DE 14 DE MARÇO DE 2022</u> Suspende, extraordinariamente, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 31 de dezembro do ano de 2021, a obrigatoriedade da apresentação das condições definidas nos incisos do art. 8º da Resolução nº 12, de 11 de junho de 2013, para recebimento de cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências decorrentes das chuvas intensas em municípios brasileiros.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MCTI Nº 5.687, DE 14 DE MARÇO DE 2022</u> Institui, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, o Programa UNIESPAÇO. AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL → Conselho Diretor <u>RESOLUÇÃO ANATEL Nº 750, DE 15 DE MARÇO DE 2022</u> Altera o Regulamento de Serviços de Telecomunicações, o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado e o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, e substitui itens da Norma do Serviço Móvel Global por Satélite Não-Geoestacionário.
Ministério da Economia	SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.072, DE 17 DE MARÇO DE 2022</u> Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação, e a Instrução Normativa RFB nº 1.702, de 21 de março de 2017, que disciplina o despacho aduaneiro de exportação processado por meio de Declaração Única de Exportação. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.071, DE 16 DE MARÇO DE 2022</u> Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários sob responsabilidade dos municípios, relativos às contribuições previdenciárias a que se referem as alíneas "a" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.070, DE 16 DE MARÇO DE 2022</u> Altera a Instrução Normativa SRF nº 599, de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre os arts. 38, 39 e 40 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, relativamente ao Imposto sobre a Renda incidente sobre ganhos de capital das pessoas físicas.

Ministério da Infraestrutura	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 13, DE 16 DE MARÇO DE 2022</u> Dispõe sobre a Agenda Regulatória da Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN) para o biênio 2021-2022. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 900, DE 9 DE MARÇO DE 2022</u> Consolida as normas sobre a padronização dos procedimentos para apresentação de defesa prévia e de recurso, em 1ª e 2ª instâncias, contra a imposição de penalidades de advertência por escrito e de multa de trânsito <u>RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 897, DE 9 DE MARÇO DE 2022</u> Referenda a Deliberação CONTRAN nº 247, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a implementação do Programa RODOVIDA. SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO <u>PORTARIA Nº 268, DE 14 DE MARÇO DE 2022</u> Homologa os veículos e as combinações de veículos de carga e de passageiros, constantes no Anexo desta Portaria, com seus respectivos limites de pesos e dimensões.
Ministério do Meio Ambiente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA Nº 140, DE 18 DE JANEIRO DE 2022</u> Aprova o Plano Nacional Anual de Biodiversidade para o ano de 2022.
Ministério de Minas e Energia	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.008, DE 15 DE MARÇO DE 2022</u> Dispõe sobre a Conta Escassez Hídrica, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para estes fins e os procedimentos correspondentes.
Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 482, DE 16 DE MARÇO DE 2022</u> Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Saúde Suplementar. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>RESOLUÇÃO RDC Nº 630, DE 10 DE MARÇO DE 2022</u> Estabelece parâmetros para controle microbiológico de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes e internaliza a Resolução GMC MERCOSUL nº 51/1998. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 629, DE 10 DE MARÇO DE 2022</u> Dispõe sobre protetores solares e produtos multifuncionais em

cosméticos e internaliza a Resolução GMC MERCOSUL nº 08/2011.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 628, DE 10 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a lista de substâncias corantes permitidas para produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes e internaliza a Resolução GMC MERCOSUL nº 16/2012.

RESOLUÇÃO RDC Nº 627, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a proibição da produção e importação de medicamentos inaladores de dose medida que utilizem gás propelente do tipo clorofluorcarbono.

RESOLUÇÃO RDC Nº 626, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a proibição do uso de preparações contendo a substância lidocaína, DCB nº 05313, na forma farmacêutica solução oral para uso interno, exceto na forma farmacêutica *spray* para aplicação tópica em mucosas, desde que o aplicador seja dotado de dispositivo que garanta a dose exata de aplicação.

RESOLUÇÃO RDC Nº 625, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre os requisitos mínimos relativos à obrigatoriedade, por parte das empresas detentoras de registros de medicamentos, de comunicação da implementação da ação de recolhimento de medicamentos às autoridades sanitárias competentes e aos consumidores, em hipótese de indícios suficientes ou comprovação de desvio de qualidade que representem risco, agravo ou consequência à saúde, bem como por ocasião de cancelamento de registro relacionado à segurança e eficácia.

RESOLUÇÃO RDC Nº 624, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre o controle pela Anvisa da importação das matérias-primas, da fabricação, da distribuição, da comercialização, da prescrição médica e da aplicação dos medicamentos à base de gangliosídeos.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 623, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre os limites de tolerância para matérias estranhas em alimentos, os princípios gerais para o seu estabelecimento e os métodos de análise para fins de avaliação de conformidade.

RESOLUÇÃO RDC Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 621, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre as petições de solicitação de habilitação, renovação de habilitação, modificações pós-habilitação, terceirização de ensaio, suspensões e cancelamentos de Centros de Equivalência Farmacêutica.

RESOLUÇÃO RDC Nº 620, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a Certificação de Boas Práticas para a realização de estudos de Biodisponibilidade/Bioequivalência de medicamentos e define quais estudos de Biodisponibilidade/Bioequivalência de medicamentos devem ser realizados em centros de pesquisa certificados.

RESOLUÇÃO RDC Nº 619, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a melhora da técnica legislativa e revogação de normas inferiores a Decreto editadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, componentes da quinta etapa de consolidação, Pertinência(s) temática(s) MEDICAMENTOS em observância ao que prevê a Portaria nº 488/GADIP-DP/ANVISA, de 23 de setembro de 2021 e o [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#).

RESOLUÇÃO RDC Nº 618, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre o parcelamento de débitos originários da aplicação de multas junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 617, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de análises laboratoriais e da transmissão de informações sobre os teores de fenilalanina, proteínas e umidade em alimentos industrializados.

RESOLUÇÃO RDC Nº 616, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a composição das vacinas influenza sazonais a serem utilizadas no Brasil.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 613, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 172, de 8 de setembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos para a importação e a exportação de bens e produtos destinados à pesquisa científica ou tecnológica e à pesquisa envolvendo seres humanos, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO RDC Nº 611, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas.

RESOLUÇÃO RDC Nº 609, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Atualiza a Farmacopeia Brasileira, 6ª edição, de que trata a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 298, de 12 de agosto de 2019.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 607, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

(*)

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

() Republicada por ter saído com incorreção, no original, publicado no Diário Oficial da União nº 41, de 2 de março de 2022, Seção 1, pág. 154 a 163.*

PORTARIA PT Nº 160, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre o dever de comunicação à autoridade competente pelos servidores da Anvisa de fatos ilícitos de que tenham tido conhecimento no exercício de suas atribuições funcionais e que eventualmente possam configurar infração prevista na legislação penal

INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 122, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre procedimentos de inspeção em Boas Práticas Clínicas

para ensaios clínicos com medicamentos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 121, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre os critérios de aceitação de relatórios de ensaios exigidos para análise dos pedidos de notificação e registro de produtos saneantes e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 120, DE 9 DE MARÇO DE 2022

Define a Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição.

**→ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária
RESOLUÇÃO RE Nº 822, DE 16 DE MARÇO DE 2022**

(...)

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(...)

ANEXO

Empresa: LUCIANA PETTAZZONI HORNI - 23.788.720/0001-69

Produto - (Lote): Produtos para Diagnóstico de Uso in Vitro (TODOS), Novel Coronavirus (SARS-CoV-2) Antibody (IgM/IgG) Test marca SOBC Outdo Biotech (TODOS), SARS-CoV-2 Antibody Test Strip (Colloidal Gold Method) marca Sinocare (TODOS), Novel Coronavirus (2019-nCoV) IgM/IgG Antibody Combo Test Kit (Colloidal Gold) marca Lyher (TODOS), Leccurate - SARS-CoV-2 Antibody Test (colloidal gold immunochromatography) marca Lepu (TODOS), 2019-nCoV Antigen Test (Lateral Flow Method) marca Wondfo (TODOS), Celer Wondfo SARS CoV 2 Ag Rapid Test marca Wondfo (TODOS), Luvas para procedimento não cirúrgico Supermax (TODOS), Máscaras FFP2 Atemschutzmaske marca DiwaMedical (TODOS).

(...)

Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Propaganda, Uso; Apreensão

(...)

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE

PORTARIA SCTIE/MS Nº 27, DE 16 DE MARÇO DE 2022

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o embonato de triptorrelina 22,5 mg administração semestral para o tratamento de puberdade precoce central.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 26, DE 16 DE MARÇO DE 2022

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o teste de elastase pancreática fecal para pacientes com dúvida diagnóstica de insuficiência pancreática exócrina em pacientes com fibrose cística.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 25, DE 16 DE MARÇO DE 2022

Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o baclofeno oral para o tratamento da espasticidade.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 24, DE 11 DE MARÇO DE 2022

	Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o riociguat para Hipertensão Pulmonar Tromboembólica Crônica (HPTEC) inoperável, persistente ou recorrente após tratamento cirúrgico. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 21, DE 11 DE MARÇO DE 2022</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a lenalidomida para terapia de manutenção em pacientes adultos com mieloma múltiplo submetidos ao transplante de células-tronco hematopoiéticas. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 20, DE 11 DE MARÇO DE 2022</u> Torna pública a decisão de ampliar o uso, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, do teste citogenético por Hibridização <i>in Situ</i> por Fluorescência (FISH) na detecção de alterações citogenéticas de alto risco em pacientes com mieloma múltiplo. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 19, DE 11 DE MARÇO DE 2022</u> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o risdiplam para o tratamento de Atrofia Muscular Espinhal (AME) tipo I. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 18, DE 11 DE MARÇO DE 2022</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o daratumumabe em monoterapia ou associado à terapia antineoplásica para o controle do mieloma múltiplo recidivado ou refratário. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 17, DE 11 DE MARÇO DE 2022</u> Torna pública a decisão de incorporar o risdiplam para o tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME) tipo II, conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, e de não incorporar o risdiplam para o tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME) tipo IIIa, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 16, DE 11 DE MARÇO DE 2022</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a lenalidomida para pacientes adultos com mieloma múltiplo inelegíveis ao transplante de célulastronco hematopoiéticas.
Ministério do Trabalho e Previdência	CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO <u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.026, DE 10 DE MARÇO DE 2022</u> Aprova a atualização do Regimento Interno do Conselho Curador do FGTS. <u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.025, DE 10 DE MARÇO DE 2022</u> Altera a Resolução nº 702, de 2012, que estabelece as diretrizes para a elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS. <u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.024, DE 10 DE MARÇO DE 2022</u> Propõe alterar a Resolução CCFGTS nº 702, de 4 de outubro de 2012, que estabelece diretrizes para a elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS.

Ministério do Turismo	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA IBRAM Nº 15, DE 14 DE MARÇO DE 2022</u> Regulamenta a captação, utilização e disponibilização de arquivos digitais iconográficos, textuais, audiovisuais e sonoros dos bens culturais do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
19/03/2022	<u>DECRETO Nº 66.584, DE 18 DE MARÇO DE 2022</u> Revoga o Decreto nº 64.964, de 6 de maio de 2020 (...) Artigo 1º - Fica revogado o Decreto nº 64.964, de 6 de maio de 2020 , que declarou luto oficial, no Estado de São Paulo, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020 . (...)
18/03/2022	<u>DECRETO Nº 66.577, DE 17 DE MARÇO DE 2022</u> Autoriza a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com Municípios paulistas, visando à realização e o fortalecimento de ações de prevenção e de combate aos incêndios florestais previstas no Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, de que tratam a Lei nº 10.547, de 2 de maio de 2000 , e o Decreto nº 56.571, de 22 de dezembro de 2010 , e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 66.576, DE 17 DE MARÇO DE 2022</u> Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 54.758, de 10 de setembro de 2009 , que dispõe sobre os Centros de Estudos de Línguas - CELs e dá providências correlatas
17/03/2022 (Ed. suplementar)	<u>DECRETO Nº 66.575, DE 17 DE MARÇO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 65.897, de 30 de julho de 2021 (...) Artigo 1º - O inciso I do artigo 2º do Decreto nº 65.897, de 30 de julho de 2021 (*), com a redação dada pelo Decreto nº 66.554, de 9 de março de 2022 (**), passa a vigorar com a seguinte redação: "I - o uso de máscaras de proteção facial em: a) locais destinados à prestação de serviços de saúde; b) meios de transporte coletivo de passageiros e respectivos locais de acesso, embarque e desembarque.". (NR) Artigo 2º - A Secretaria da Saúde, mediante ato próprio, editará

	normas complementares necessárias à execução deste decreto. Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 66.554, de 9 de março de 2022. (*) Dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e dá providências complementares. (**) Altera o Decreto nº 65.897, de 30 de julho de 2021.
17/03/2022	<u>DECRETO Nº 66.573, DE 16 DE MARÇO DE 2022</u> Cria, no Hospital Maternidade Interlagos "Waldemar Seyssel – Arrelia", a Gerência de Enfermagem e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 66.572, DE 16 DE MARÇO DE 2022</u> Cria, no Centro de Referência da Saúde da Mulher, a Gerência de Enfermagem e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 66.570, DE 16 DE MARÇO DE 2022</u> Cria, no Complexo Hospitalar "Padre Bento" de Guarulhos, a Gerência de Enfermagem e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 66.565, DE 16 DE MARÇO DE 2022</u> Autoriza a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com Municípios paulistas, tendo por objeto a transferência de recursos financeiros para a contratação de serviços técnicos especializados visando à elaboração de diagnóstico do sistema de saneamento básico municipal
16/03/2022	<u>DECRETO Nº 66.564, DE 15 DE MARÇO DE 2022</u> Regulamenta a Lei nº 17.389, de 28 de julho de 2021, que dispõe sobre a queima, a soltura, a comercialização, o armazenamento e o transporte de fogos de artifício de estampido no Estado de São Paulo
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO 028 DE 16-3-2022</u> Estabelece a Política Estadual Penitenciária, definindo Missão, Visão, Diretrizes, Objetivos Estratégicos, Mapa Estratégico e Ações Estratégicas.
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA, Nº 30 DE 17 DE MARÇO DE 2022</u> Aprova Manual Operacional detalhando as normas técnicas, os procedimentos, os critérios, os mecanismos de avaliação de desempenho e monitoramento de ações e os documentos referenciais para execução do "MUNICÍPIO AGRO - RANKING PAULISTA"

Justiça e Cidadania (SJC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO GSJC Nº 73 DE 18 DE MARÇO DE 2022</u> SJC-EXP-2021/03999 Institui a Comissão Especial de Estudos e Elaboração do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo.
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 26, DE 18-3-2022</u> Dispõe sobre o Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade Hospitalar, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUS-SP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto financeiro da assistência e dá outras providências.
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO EM EXERCÍCIO, DE 17/3/2022</u> Regulamenta a atuação da Defensoria Pública em grandes eventos ou manifestações populares no Estado de São Paulo, na orientação jurídica e defesa de direitos da população, no período que define.
Ministério Público do Estado (MPE)	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA <u>RESOLUÇÃO Nº 1.449/2022-PGJ, DE 15 DE MARÇO DE 2022</u> (SEI 29.0001.0169207.2021-13) Aprova o Regimento Interno do Comitê de Apoio à Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
18/03/2022	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 127, DE 2022</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de alimentos a base de ovo de galinha ou de codorna no Programa Estadual de Alimentação Escolar. DOE, Legislativo, 18/03/2022, p. 1
17/03/2022	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 125, DE 2022</u> Autoriza o Estado de São Paulo a alienar gratuitamente ao agente de segurança pública, na ocasião de seu desligamento do serviço ativo, a arma de fogo que lhe este houver sido fornecida e acautelada em razão do serviço DOE, Legislativo, 17/03/2022, p. 2
16/03/2022	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 122, DE 2022</u> Institui a "Política Habitacional Estadual em Prol da Mulher Vítima

	de Violência Doméstica e Familiar”, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 16/03/2022, p. 3 <u>PROJETO DE LEI Nº 121, DE 2022</u> Classifica Jambeiro como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 16/03/2022, p. 3 <u>PROJETO DE LEI Nº 120, DE 2022</u> Institui o “Programa Estadual não dê esmolas, encaminhe ao Serviço Social”. DOE, Legislativo, 16/03/2022, p. 2 <u>PROJETO DE LEI Nº 119, DE 2022</u> Altera a Lei Estadual nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, a fim de adequar a composição dos órgãos colegiados que compõem o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. DOE, Legislativo, 16/03/2022, p. 2 <u>PROJETO DE LEI Nº 118, DE 2022</u> Dispõe sobre o pagamento via PIX nas praças de pedágio no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 16/03/2022, p. 2
15/03/2022	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 2022</u> Mensagem A-nº 08/2022 do Senhor Governador do Estado Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica. DOE, Legislativo, 15/03/2022, p. 7 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 116, DE 2022</u> Altera dispositivo da Lei nº 13.226, de 7 de outubro de 2008, que institui no âmbito do Estado de São Paulo o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de <i>telemarketing</i>. DOE, Legislativo, 15/03/2022, p. 8
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
19/03/2022	<u>DECRETO Nº 61.151, DE 18 DE MARÇO DE 2022</u> Dispõe sobre o custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Paulo e adesão ao Regime de Previdência Complementar. <u>DECRETO Nº 61.150, DE 18 DE MARÇO DE 2022</u> Dispõe sobre a concessão e manutenção das aposentadorias e pensões dos servidores públicos do Município de São Paulo.
18/03/2022	<u>DECRETO Nº 61.149, DE 17 DE MARÇO DE 2022</u> Dispõe, nos termos do Decreto Estadual nº 66.575, de 17 de março de 2022, sobre a dispensa da obrigatoriedade do uso de máscaras ou de cobertura facial na Cidade de São Paulo,

	ressalvadas as situações que especifica. SUPLEMENTO EDITAIS FAZENDA <u>DEPARTAMENTO DE CADASTROS - DECAD</u> EDITAL 009/22 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTOS NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
17/03/2022	<u>DECRETO Nº 61.147, DE 16 DE MARÇO DE 2022</u> Altera o <u>Decreto nº 48.767, de 27 de setembro de 2007</u>, que regulamenta a <u>Lei nº 14.493, de 9 de agosto de 2007</u>, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção ou remissão do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU incidente sobre imóveis edificadas atingidos por enchentes e alagamentos causados pelas chuvas ocorridas no Município de São Paulo a partir de 1º de outubro de 2006.
16/03/2022	<u>LEI Nº 17.759, DE 15 DE MARÇO DE 2022</u> (PROJETO DE LEI Nº 51/22, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Altera as Leis <u>nº 14.493, de 9 de agosto de 2007(*)</u>, e <u>nº 17.248, de 16 de dezembro de 2019(**)</u>. <i>(*) Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção ou remissão do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU incidente sobre imóveis edificadas atingidos por enchentes e alagamentos causados pelas chuvas ocorridas no Município de São Paulo a partir de 1º de outubro de 2006.</i> <i>(**) Dispõe sobre a proibição de incentivos fiscais a empresas que tenham envolvimento em corrupção de qualquer espécie ou no ato de improbidade administrativa por agente público no município de São Paulo.</i> <u>DECRETO Nº 61.145, DE 15 DE MARÇO DE 2022</u> Dispõe sobre o pagamento do Prêmio de Desempenho Educacional, instituído pela <u>Lei nº 14.938, de 30 de junho de 2009</u>, relativo ao exercício de 2022.
15/03/2022	<u>DECRETO Nº 61.143, DE 14 DE MARÇO DE 2022</u> Cria o Programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais em Áreas de Proteção aos Mananciais do Município de São Paulo – PSA MANANCIAIS, com fulcro nos artigos 158 e seguintes da <u>Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014</u>, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>